

ARTIGO

A Filosofia por trás da piada: argumentos lógicos e linguísticos que fundamentam o que nos faz rir dela¹

The Philosophy behind the joke: logical and linguistical arguments that ground what makes us laugh at it

Euclides Barbosa Ramos de Souza

Graduação em andamento em Filosofia. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. Pernambuco, PE - Brasil

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar como e por qual razão as piadas entram no grupo dos proferimentos considerados “engraçados”, isto é, daqueles que são capazes de nos fazer rir, independentemente de como esse riso se manifeste. Para tal feito, podemos examinar o estudo do humor em geral, mas não no que diz respeito à condição humana que comumente denominamos de “estado de humor”, que mais se refere a um estudo psicológico, e sim no que concerne à capacidade humorística e cômica do ser humano, tratando-se, portanto, de uma investigação filosófica acerca da natureza essencial que nos motiva a criar, falar ou ouvir uma piada. Apenas após analisarmos as três teorias principais acerca do humor tratado nesse sentido, a saber, a Teoria da Superioridade, do Alívio e da Incongruência, e chegar a um denominador comum entre elas, nos debruçaremos sobre a forma fundamental da piada, que se mostra baseando-se em noções da Lógica formal e da Pragmática linguística. Um ponto importante dessa abordagem enfatiza que o aspecto subjetivo das partes envolvidas nesse processo humorístico é relevante apenas quando se foca no conteúdo proposicional do enunciado, o que não compete à análise atual, cuja única preocupação reside apenas em expor as características lógico-linguísticas gerais da piada.

Palavras-chave: humor, piada, violação, padrão, incongruência.

Abstract: The aim of this paper is to show how and for what reason the jokes come in the group of utterances considered like “funnies”, that is, the kind which is capable of makes us laugh, independently of how this laugh manifests itself. For this purpose, we can examine the study of humor in general, but not in the meaning that concerns the human condition that we commonly

1 Agradeço ao Prof. Rodrigo Jungmann de Castro (UFPE) pela inspiração e aos Profs. Marcos Antônio Silva Filho (UFPE) e Érico Andrade Marques de Oliveira (UFPE) pelas orientações.

denominate “state of humor”, which refers more to a psychological study, but in the meaning that refers to a comic and humoristic capacity of the human being, treating, therefore, of a philosophical investigation about the essential nature that motivates us to create, speak or listen to a joke. Only after we analyse three main theories about the humor treated by this sense, for knowing, the Theory of Superiority, of Relief and Incongruity, and achieve a common denominator among them, we are going to visualize the fundamental form of the joke, which appears grounding in notions of formal Logic and Pragmatics. An important point of this approach emphasizes that the subjective aspects of the involved parts in this humoristic process are relevant only when we focus on the propositional content of the statement, which doesn’t fit in the current analysis, whose only concern resides on exposing the linguistical and logical general properties of the joke.

Keywords: humor, joke, violation, pattern, incongruity.

Introdução

Neste trabalho, o que trataremos como humor não diz respeito a estados psicológicos que definiriam alguma espécie de disposição de ânimo nem do humor em geral, pois, para isso, teríamos que adentrar o âmbito de pesquisas que vão muito além do que nos propomos aqui, isto é, investigar o que nos faz rir a partir notadamente de uma piada. Mais especificamente, será abordado em que termos a piada se torna algo de engraçado, independentemente de como o riso oriundo dela se manifeste, principalmente pelo fato de ele poder se manifestar das mais diversas formas. Nesse sentido, não nos ocuparemos de lidar com todos os casos que fariam alguém rir, seja um sorriso falso ou devido a fortes emoções, mas sim da origem da piada, que poderia ser tratada, inicialmente, como uma espécie de “artificialização” do riso, ou seja, uma fórmula para arrancar gargalhadas das pessoas a fim de trazer certo prazer a elas. Passaremos a usar, então, os termos “riso”, “humor” ou “bom humor” para representar os efeitos engraçados causados por uma piada. Portanto, se alguém usou de bom humor, entende-se aqui que alguém fez uma piada, na medida em que essa manifestação de bom humor não se identifica com a piada, esta sendo apenas um subconjunto do humor em geral. Por isso, começaremos apresentando algumas teorias sobre riso, humor ou bom humor ao longo da história da filosofia, existindo basicamente três teorias que guiarão nossa busca, e argumentar-se-á a favor da última, a Teoria da Incongruência.

As três teorias principais

Em primeiro lugar, abordamos a assim chamada Teoria da Superioridade (TS). Nela, inscrevem-se nomes muito conhecidos como Thomas Hobbes, René Descartes (além de, em certa medida, Platão e Aristóteles, de quem não trataremos aqui). A TS defende que o humor se manifesta quando alguém tira proveito de condições desfavoráveis de outrem, seja devido a um acaso, como quando uma pessoa possui algum tipo de deficiência causada por fatores inesperados da vida (como um acidente de trânsito), seja devido a algo inerente quando diz respeito a fatores menos retiráveis, como aparência física (especificamente características genéticas) ou mesmo no que concerne ao conteúdo cultural ou religioso, que normalmente acaba se fixando a nós desde o nascimento. As críticas à TS são oriundas da constatação de que nem sempre se sentir superior é engraçado, pois se pode gerar, por exemplo, pena de alguém, como nos apontam o pressuposto eminente desta teoria, isto é, o caráter individualista e competitivo do homem. É justamente nesse sentido que Hobbes é assumido como expoente paradigmático da TS. De modo específico, no capítulo VI do *Leviatã* (1651), Hobbes identifica o riso como sinal da supramencionada essência do homem:



O entusiasmo súbito é a paixão que provoca aqueles trejeitos a que se chama de riso. Este é provocado ou por um ato repentino de nós mesmos que nos diverte, ou pela visão de alguma coisa deformada em outra pessoa, devido à comparação com a qual subitamente nos aplaudimos a nós mesmos. Isto acontece mais com aqueles que têm consciência de menor capacidade em si mesmos, e são obrigados a reparar nas imperfeições dos outros para poderem continuar sendo a favor de si próprios. Portanto, o excesso de riso perante os defeitos dos outros é sinal de pusilanimidade. Porque o que é próprio dos grandes espíritos é ajudar os outros a evitar o escárnio, e comparar-se apenas com os mais capazes. (HOBBS, 1983, p. 36)

Nesse trecho vemos como o autor explora, através de uma composição de comportamentos humanos, um complexo que molda o sentido que ele dá à superioridade, a qual, segundo ele, tende a ser reafirmada por nós e que essa atitude faz parte de nossas naturezas. É de se notar também que para Hobbes o riso advindo dessa característica não se fundamenta numa preeminência autêntica de qualidades humanas, uma vez que apenas as melhores delas deveriam ser parâmetro de triunfo.

Descartes também, em seu tratado *Paixões da alma* (1649), põe o humor como instrumento de manifestação da soberba, como se as verdadeiras risadas viessem do vislumbre da nossa própria sorte em não termos nascido com ou provocado defeitos em nós mesmos, como se tivéssemos sido protegidos pelo ódio que temos de nossos competidores de sobrevivência, ao atribuímos-lhes desgraças que consideramos por eles merecidas:

A derrisão ou zombaria é uma espécie de alegria mesclada de ódio que resulta do fato de se perceber algum pequeno mal numa pessoa que julgamos digna dele: temos ódios por esse mal e alegria por vê-lo em quem é digno dele; e, quando isto sobrevém inopinadamente, a surpresa da admiração é causa de cairmos na gargalhada. (...) e vemos que os que possuem defeitos muito patentes, são particularmente inclinados à zombaria; pois, desejando ver todos os outros tão desgraçados como ele, estimam muito os males que lhes acontecem e consideram-nos dignos deles. (DESCARTES, 1983, p. 284)

É certo que existem vários tipos de piada que não envolvem apenas o deboche, como veremos em exemplos mais à frente, quando trataremos da estrutura formal da piada e verificarmos que a graça é identificável por certa configuração lógico-linguística, independentemente da presença de pessoas com suas características fenotípicas ou sociais.

Em segundo, temos que considerar a assim chamada Teoria do Alívio (TA). Defendida principalmente por Sigmund Freud na sua obra *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905)², através de argumentos baseados em experimentos psicológicos, a TA sustenta basicamente que a vontade de rir origina-se da descompressão de certa acumulação e aglutinação em nível inconsciente, e não apenas, por exemplo, por ansiedade ou expectativas frustradas. Se é verdade que Freud ressalta que expressar de forma engraçada assuntos “proibidos”, como sexo e violência, causa alívio à medida que tais assuntos finalmente são postos em pauta explícita, em última instância o alívio proporcionado pelo chiste diz respeito à economia do trabalho psíquico em geral. A partir das próprias palavras de Freud:

Em um grupo desses chistes (jogos de palavras) a técnica consistia em focalizar nossa atitude psíquica em relação ao *som* da palavra em vez de seu *sentido* - em fazer com que a apresentação (acústica) da palavra tomasse o lugar de sua significação, tal como determinada por suas relações com as representações das coisas. Pode-se justificadamente suspeitar que ao fazer isso estamos operando um grande alívio no trabalho psíquico e que, ao utilizar as palavras seriamente, obrigamo-nos a um certo esforço ao nos abstermos desse procedimento

2 Ainda que no original se use o termo “*joke*”, cuja tradução comum para o português é “piada”, estamos nos baseando aqui na tradução que preferiu se referir como chiste a ele, o que pode ser considerado um subconjunto, um tipo de piada.

confortável (...) Notamos também que as crianças, ainda acostumadas a tratar as palavras como coisas tendem a esperar que palavras idênticas ou semelhantes tenham, subjacente, o mesmo sentido - fato que é fonte de muitos equívocos dos quais os adultos se riem. Se derivamos, portanto, inequívoco deleite dos chistes ao nos transportarmos de um a outro círculo de ideias, por vezes remoto, através do uso de palavra idêntica, ou semelhante, este deleite deve, sem dúvida, ser corretamente atribuído à economia na despesa psíquica. (FREUD, 1905, p. 80)

A seguir, Freud enfatiza que não só essa transposição de um grupo de ideias a outro é o que torna a situação em questão engraçada, como também tanto o é quanto maior for a discrepância conceitual e prática entre esses grupos:

O prazer em um chiste, emergente de um tal “curto-circuito”, parece ser também maior quanto mais diferentes sejam os dois círculos de ideias conectados pela mesma palavra – quanto mais longe estejam, maior é a economia que o método técnico do chiste fornece ao curso do pensamento. Podemos também notar aqui que os chistes estão utilizando um método de conexão das coisas, rejeitado e cuidadosamente evitado pelo pensamento sério. (ibidem)

Um problema notável dessa teoria reside no fato de que aparentemente Freud já pressupõe que os chistes são engraçados, o que seria incoerente à análise atual, a qual procura investigar justamente o que ele já assume como verdadeiro. Tanto que em situações corriqueiras do cotidiano, é difícil aceitar que tal explicitação de assuntos sérios em forma de jogo de palavras seja necessariamente engraçada.

Por último, a Teoria da Incongruência (TI) revela que o humor se baseia num fenômeno fundamental, próprio de nossa cognição, que é a contradição. Segundo tal asserção, quando ficamos diante de uma situação que não se encaixa num padrão de compreensão habitual, que não respeita a lógica ou, dito melhor, certas convenções lógicas e linguísticas geradas pelo hábito, que regem o viver em sua mais explícita normalidade, a violação e fuga desse estado ordinário causam prazer na pessoa, provocando o riso. Immanuel Kant, com sua obra *Crítica da faculdade de julgar* (1790), é um dos principais representantes dessa vertente e, ainda que ele não tenha usado diretamente o termo “incongruente”, aponta que deve haver algo de descabido logicamente no discurso quando se provoca o riso. Ele diz:

Em tudo o que pode suscitar um riso vivo e abalador tem que haver algo absurdo (em que, portanto, o entendimento não pode em si encontrar nenhuma complacência). O riso é um afeto resultante da súbita transformação de uma tensa expectativa em nada. Precisamente esta transformação, que certamente não alegra o entendimento, alegra contudo indiretamente por um momento de modo muito vivo. Portanto, a sua causa tem que residir na influência da representação sobre o corpo e em sua ação recíproca sobre o ânimo; e na verdade não na medida em que a representação é objetivamente um objeto do deleite (pois, como pode uma expectativa frustrada deleitar?), mas meramente pelo fato de que ela enquanto simples jogo das representações, produz um equilíbrio das forças vitais. (KANT, 2002, p. 177)

Ademais, como veremos à frente, além de apontar pelo absurdo lógico, Kant também ressalta que a piada e a música têm estreita relação no que diz respeito à sua capacidade de nos dar prazer através de incongruência. *Jogo livre* das faculdades mentais, uma vez que se trata de ideias estéticas, fenômenos relativos aos sentidos que nos ocorrem sem que sejamos obrigados a aplicar conceitos a fim de determiná-los, piada e música causariam um prazer físico pela pulsação dos órgãos, ainda que sejam primeiramente percebidas pelo intelecto. Para Kant, discursos de entretenimento como piadas (principalmente as que são contadas em histórias) e músicas, quando utilizados com propósitos de causar o prazer de forma descompromissada com o conhecimento, podem ser chamados de “artes agradáveis”, contrárias às “artes belas”, pelo simples fato de causarem mudanças em nós durante seu desenrolar, isto é, ao irem violando-se padrões lógicos sem que seja importante, portanto, conhecer ou memorizar o que está ocorrendo. Segundo Kant:



Na música este jogo vai da sensação do corpo a ideias estéticas (dos objetos para afetos) e destas então de volta ao corpo, mas com força conjugada. No gracejo (que como aquela merece ser computado antes como arte agradável do que como arte bela) o jogo parte de pensamentos, que todos juntos, na medida em que querem expressar-se sensivelmente, ocupam também o corpo; e, na medida em que o entendimento subitamente cede nesta apresentação em que não encontra o esperado, sente-se no corpo o efeito desse enfraquecimento pela pulsação dos órgãos, a qual promove o restabelecimento de seu equilíbrio e tem um efeito benéfico sobre a saúde. (ibidem)

Isto é, quando percebemos que ideias que deveriam participar de um jogo mental se transformam em nada (de mental); quando o que acaba interessando num momento descontraído é apenas a percepção de mudanças corpóreas de modo a fazer o tempo passar sem ser percebido, independentemente da determinação conceitual; quando essa transformação ocorre, o “nada” mental se torna movimentos aleatórios dos órgãos internos (a risada) que nos fazem lembrar de nosso estado íntegro de saúde, o qual reflete esse efeito na mente e nos causa prazer estético, exatamente por não conseguirmos determinar intelectualmente.

Um outro expoente que representa essa teoria utiliza de modo explícito o termo “incongruência”³. Arthur Schopenhauer, no seu *O mundo como vontade e como representação – Tomo I*, parágrafo 13, descreve o riso da seguinte maneira:

De fato, o RISO se origina sempre e sem exceção da incongruência subitamente percebida entre um conceito e os objetos reais que foram por ele pensados em algum tipo de relação, sendo o riso ele mesmo exatamente a expressão de semelhante incongruência. Esta aparece muitas vezes quando dois ou mais objetos reais são pensados por UM conceito, e a identidade do conceito é transmitida a eles (...) Quanto mais correta, de um lado, é a subsunção de tais realidades ao conceito, e, de outro, quanto maior e mais flagrante é a sua inadequação com ele, tanto mais vigoroso é o efeito do risível que se origina dessa oposição. (SCHOPENHAUER, 2005, p. 109)

Dessa maneira, Schopenhauer não só defende que a associação de um único conceito a dois ou mais objetos da realidade é um fenômeno que está presente em todo riso como também aponta como se dão suas nuances, isto é, os níveis da graça, que aumentam tanto quanto é a inadequação entre o conceito e um objeto. Inclusive, notamos uma semelhança com o que disse Freud acima, quando falava do caso particular dos chistes. O autor induz a tal conclusão dizendo que “*como prova do que foi dito, que o leitor leve em conta qualquer risível que lhe ocorra*” (ibidem, p. 110, grifo nosso).

Mesmo que a incongruência pareça fundamental na piada, uma crítica para a TS se evidencia, em particular, na asserção que explora os níveis da graça defendida por Schopenhauer acima. Suponha que alguém diz, olhando para um carro se movimentando em péssimas condições de funcionamento, que “minha vó anda mais rápido do que isso”. De fato, teríamos um contrassenso que ilustra, comumente, uma senhora de idade já avançada, cuja capacidade de locomoção está bastante reduzida superando a velocidade de um automóvel, o qual se supõe ser bem mais rápido que até o mais rápido dos seres humanos. A piada é facilmente percebida e será até mais engraçada se o ouvinte pensar numa senhora familiar à sua vivência, pois a situação se fará mais vívida em sua mente e a situação inusitada se tornaria mais “possível” (mais real). A incongruência se efetivaria com maior eficiência. Ao contrário, diante de uma simples contradição sob o ponto de vista da Lógica Formal, por exemplo A e $\neg A$, não obteremos o mesmo efeito, embora se trate da mesma incongruência (não é possível que o carro seja e não seja mais rápido que uma idosa). Isso ocorre porque a incongruência por si só, embora necessária, não é suficiente para a geração da graça.

³ É notável que, embora os termos incongruência, incompatibilidade, contradição e violação possam ter sentidos diferentes a depender da abordagem (respectivamente, matemático, semântico, lógico e ético), eles estão sendo identificados aqui, pelo menos, a partir do ponto de vista prático.

Precisamos também termos claras as categorias às quais pertencem os objetos que estão sendo comparados na piada através de um mesmo conceito, principalmente aplicadas aos diversos consensos que compõem nossas noções básicas do dia a dia. Afinal, em geral nós rimos de *coisas*, de um conteúdo comumente determinado, e não de estruturas meramente formais. Nota-se, portanto, que uma contradição formal, que seria o exemplo mais puro e rígido de uma incongruência, no fim das contas é o menos engraçado.

Apesar das semelhanças entre a TS e a TA, é bom perceber que o que ocorre nesta última não é o mesmo que o alívio. No alívio, o que ocorre é uma *diminuição* do gasto de energia envolvido pela atividade psíquica, enquanto pela TI há *transformação* de um processo mental em nada intelectual. Por outro lado, é fácil ver que as duas primeiras teorias, a TS e a TA, embora pareçam possuir claras particularidades, convergem à última. De fato, na TS, ocorre uma incongruência com o padrão tanto natural e antropológico quanto convencional e político que defende a igualdade entre os homens, permitindo que quem se ache superior se sinta mais afortunado e mais digno de (sobre)viver. Na TA ocorre, também, uma incongruência com o padrão psicológico que nos impomos, reprimindo impulsos instintivos em prol do convívio social determinado como civilização. Esses tipos de ruptura podem ser reconduzidos à TI que, além dos fatores antropológicos, sociais e psicológicos, foca na violação de padrões lógico-linguísticos, que regem nossa própria capacidade de entendimento. A fim de obtermos uma explanação mais detalhada e precisa, vejamos alguns aspectos formais, lógico-linguísticos, que embasam a TI.

Argumentos lógico-linguísticos

Conforme esta última abordagem, a piada é composta, de modo geral, pela construção de um padrão lógico até que ocorra sua violação e finalmente provoque o riso. A tal propósito, parece-nos interessante recorrer à estrutura da piada proposta por Paul Rozin et al. (2006), como Padrão AAB, o qual, basicamente, se apropria da violação da noção da Lei da Não-contradição aristotélica para fundamentá-la. Seria esse o argumento lógico. O mais simples tipo de piada tem três etapas, A, A, e B, de modo que nas etapas A, são apresentadas condições diferentes, mas que concordam com um certo padrão, a fim de construir no ouvinte certo estado de comodidade mental, de entendimento contínuo, relaxando o pensamento num claro e constante raciocínio, até que em B, o chamado “*punchline*”, ocorre a contradição, o desvio do padrão, e metaforicamente a mente recebe um soco para acordar do estado de conforto em que estava, ao fazer o que sempre faz: entender padrões (um aspecto essencial da mente). Em termos brasileiros, seria o que chamamos de “*sacada*” da piada. Rozin et al. nos traz um exemplo (2006, tradução do autor):

A: Alguns homens estão para ser executados. O carrasco pergunta ao primeiro homem se ele tem algumas últimas palavras. O homem diz que não. O carrasco então dá início ao processo, proferindo as palavras clássicas: “Preparar... apontar...”, de repente o homem grita: Terremoto! E, com todos distraídos, consegue fugir do local.

A: O carrasco então parte para o segundo homem e faz a mesma pergunta que fez ao primeiro. O homem dá a mesma resposta que o primeiro. O carrasco então dá início ao processo, proferindo as palavras clássicas: “Preparar... apontar...”, de repente o homem grita: Tornado! E, com todos distraídos, consegue fugir do local.

B: O carrasco então parte para o terceiro homem e faz a mesma pergunta que fez ao primeiro e ao segundo. O homem dá a mesma resposta que os outros. O carrasco então dá início ao processo, proferindo as palavras clássicas: “Preparar... apontar...”, de repente o homem grita: Fogo! (causando sua própria morte no processo).

Fazendo uma análise, vemos que para montar um padrão é necessário haver pelo menos duas ocorrências com características comuns, os dois eventos apresentados como A e A, padrão este que será contradito por uma incongruência em B. No exemplo acima, o piadista e o ouvinte estão cientes de certos padrões: de que morrer não é bom; de que o processo de execução consiste nas etapas “preparar, apontar, fogo”; de que “fogo!”, numa interjeição, quer dizer incêndio, mas também em outra forma de falar apenas nomeia o fenômeno da combustão, isolada, além de ser usada também para “atirar”; de que fenômenos naturais catastróficos são suficientes para desviar a atenção de qualquer ser humano suscetível a eles. O primeiro homem a ser executado, desse conto, também estava ciente de tudo isso e usou-o ao seu favor. O segundo homem, e o ouvinte da piada, ao perceber o êxito da estratégia, acha viável tentar de novo, esperando que o carrasco suponha novamente que uma catástrofe realmente aconteça. O segundo homem, para não dar chances de suspeitas, mas ao mesmo tempo tentando reaproveitar o estratagema anteriormente experimentado, anuncia então outra catástrofe. Para o terceiro, a situação se complica, pois, se por um lado há um padrão exitoso estabelecido, por outro menores são as opções de catástrofes. O ouvinte e o piadista também estão cientes disso. Para que a piada ocorra, na sacada dela, alguma contradição deve ocorrer também. Nesse caso, o terceiro homem, por tentar dar continuidade ao padrão de anúncio das catástrofes como meio de salvação, ignora a premissa de que “morrer não é bom”, causando assim uma violação desse outro padrão subentendido, o qual todos partilhavam desde o início. Entretanto, a sacada reside no fato de ele ter tentado repetir o plano dos outros homens, ciente de que pelo menos deveria mencionar uma catástrofe ainda não dita, mas nomeando uma, no caso, um incêndio, por um nome que também coincide com a última etapa do processo de execução: “fogo”, querendo dizer tanto “incêndio” quanto “atirar”. Ele teria dado a ordem para a própria execução, fazendo parecer que a desejava, violando a expectativa da vontade de sobrevivência, assumida como premissa e reforçada através do padrão de anúncio das catástrofes instaurado pelos dois primeiros condenados. Não só isso, o significado da palavra “fogo” também foi transgredido na mente do ouvinte, pois ele esperava pela conotação “incêndio”, uma catástrofe, tal como fizeram os homens anteriores.

No intuito de ampliar a direção de análise da estrutura formal da piada, parece-nos interessante debruçarmo-nos, mesmo que brevemente, sobre a relação da piada com o contexto linguístico em que ela ocorre. Desse modo, gostaríamos de apontar para as assim chamadas de “implicaturas conversacionais”, conforme aparecem no estudo da Pragmática linguística. Seria esse o argumento linguístico. Sobre essa disciplina, Stephen C. Levinson mostra no seu *Pragmática* (2007) uma das formas mais comuns de representar tal ramo da linguística: “é o estudo da linguagem a partir de uma perspectiva funcional, isto é, que ela tenta explicar facetas de estrutura linguística por referência a pressões e causas não linguísticas” (LEVINSON, 2007, p. 8). Quanto ao nosso tema, trata-se então de como podem surgir piadas a partir dos desvios de padrões lógico-linguísticos que se cometem nos mais diversos tipos de interação comunicativa.

Referência para Levinson é H. Paul Grice, um dos principais representantes da Pragmática, cujo mérito é ter criado a Teoria da Implicatura Conversacional, ou simplesmente a teoria das implicaturas, através das quais é possível comunicar mais do que foi literalmente dito, levando em consideração um complexo de variáveis contextuais que auxiliam em tal façanha. Levinson deixa claro o que não é uma implicatura:

Evidentemente, muitas vezes podemos, dada uma enunciação, derivar dela várias inferências, mas pode ser que nem todas as inferências tenham sido comunicativas no sentido de Grice, isto é, pode ser que nem todas pretendam ser reconhecidas como tendo sido pretendidas. O

tipo de inferências que chamamos implicaturas são sempre desse tipo especial pretendido. (ibidem, p. 126)

Então, é importante deixar bem claro que implicaturas não são mal-entendidos, os quais acabam dizendo algo além do literal, do efetivamente dito, *sem* a intenção do falante. As implicaturas envolvem a intenção do falante e é justamente por isso que dizemos que ele foi o fabricante da piada, pois ciente e deliberadamente usará as transgressões das regras convencionalmente estabelecidas e compartilhadas entre os participantes da conversa. Tais regras, embora não sejam exatamente imposições, na verdade são máximas que comumente são respeitadas pelos falantes e ouvintes que se supõem estar inclusos numa interação racional e produtiva. Essas máximas ajudam a dar forma ao que Grice chama de *Princípio Cooperativo* e guiam os participantes de modo que eles devam sempre fazer suas contribuições como forem exigidas, na etapa em que devem ocorrer, pelo fim ou direção aceitos da troca convencional em que estão envolvidos. Elas se dividem em quatro: a máxima de *qualidade* orienta que não se deve falar o que se acredita ser falso e/ou o que carece de evidências; a de *quantidade* diz que não se deve contribuir com mais nem com menos informação do que se acredita estar em pauta na conversa; a de *relevância* aponta a importância de que se deve focar no assunto em questão e, por último, temos a de *modo*, que sugere que os participantes evitem obscuridade, ambiguidade e sejam ordenados, tendo cada um sua vez de falar.

Trata-se de máximas que poderíamos pacificamente reconhecer em qualquer conversa, isto é, em qualquer ato visando à comunicação. Sobre elas, porém, conforme Levinson faz questão de admitir, evidentemente

Há uma objeção imediata a esta representação da natureza da comunicação: a representação pode descrever o paraíso de um filósofo, mas ninguém fala efetivamente dessa maneira o tempo todo! Mas o ponto aonde Grice quer chegar é sutilmente diferente. Ele prontamente admite que as pessoas seguem essas diretrizes ao pé da letra. Mas, na maioria dos tipos comuns de conversa, esses princípios são norteadores, de tal maneira que, quando a conversa não prossegue segundo as suas especificações, os ouvintes continuam supondo que, ao contrário das aparências, há adesão aos princípios em um nível mais profundo. (ibidem, pp. 126-127)

Podemos observar que, justamente por todos os falantes pressuporem com mais ou menos clareza essas regras que mantêm a conversa útil, produtiva e informativa, alguns deles podem aproveitar-se da natureza cooperativa da conversa e apenas fingir estarem cooperando, aproveitando-se de uma série de vantagens, inclusive para causar a violação desse paradigma e fazer alguém rir. Pegando emprestadas as máximas teorizadas por Grice e retomadas por Levinson, podemos ver alguns exemplos mais comuns a que elas se aplicam, a saber, o trocadilho, a ironia e a trivialidade.

Primeiro sobre o trocadilho, vemos que quando há dois termos com dois sentidos que se assemelham em determinada circunstância, podemos usar um no lugar do outro e trazer à tona o sentido dos dois ao mesmo tempo, fazendo com que justamente essa possibilidade de manifestação dupla cause a graça. A ideia é violar a máxima de relevância, pois se utilizam termos que apenas parecem ter a ver, mas podem significar algo completamente diferente. O mais interessante é que os termos não precisam ser apenas cognatos ou homônimos, mas é o seu uso em dado contexto ou seu simples som, e não apenas o sentido da palavra isolada, que podem fazer referência a outra palavra ou expressão, não necessariamente idênticas, mas suficientemente compreensíveis, que podem provocar o trocadilho. Focando apenas no trocadilho pelo som da palavra, vários poderiam ser os exemplos: “Eu pinto paredes, o Jânio Quadros”, “O Pateta usa o teclado e o Mickey Mouse”, “Eu torço pro São Paulo, o Silvio Santos”. Percebe-se que as palavras que compõem os sobrenomes dos personagens em questão são nomes que apontam para coisas reais do mundo,

o que deixa o trocadilho mais aceitável, isto é, possível de fazer sem forçar demais as semelhanças, ao contrário de trocadilhos como: “Ninguém queria pagar a conta, mas a Cássia Kiss”, “Todo mundo só morre uma vez, mas Alanis Morissette”, “Eu pulo do barranco, o Luciano do Valle”, “Você planta, o Phill Collins”. Nesses casos, percebemos uma tentativa interessante de comparar palavras de sentido altamente diferentes, utilizando até o som de outros idiomas, com as palavras do português, mesmo quando a pronúncia da palavra estrangeira não se adequar à pronúncia em português. Nestes e naqueles acima, até se ignoram as vírgulas a favor do humor, pois o que importa é o impacto, repentino e inusitado dessas piadas, não importando quem, quando, onde, se está vivo ou morto ou em qual idioma está sendo falado, desde que haja um acordo suficiente entre o falante e o ouvinte, para que se entendam. Além da violação da máxima de relevância, como dito acima, há uma violação da de modo, por meio da qual o piadista se aproveita das ambiguidades semânticas ou mesmo sonoras das palavras.

Agora, sobre a ironia, trata-se de se aproveitar de um significado informal de uma palavra ou expressão, com intenção de, ao falar uma coisa, dizer outra, mas sem se comprometer com esta última. Utilizada em diversas situações da vida, ela tem a utilidade de deixar uma mensagem oculta, isto é, desviar-se do sentido usual de certo termo ou frase ao mesmo tempo que ninguém pode negar que o irônico se ateve ao que ele realmente proferiu. A ironia é uma técnica que claramente se aproveita de uma contradição e com ela é possível criar várias situações de humor, não só querendo provocar alguém no mau sentido, depreciando-o, mas também com intuito de elogiar ou aproveitar-se das qualidades de alguém ou algo. Quando dizem que “O Pedro é quase um Stephen Hawking”, tanto pode querer dizer que ele se aproxima de um luminar da física, famoso por seus méritos intelectuais, como pode estar querendo dizer exatamente o contrário, tamanha a discrepância entre os dois, beirando a extremos opostos. Há a violação da máxima de qualidade, quando não se acredita realmente no que se diz.

Por último, temos a trivialidade. É interessante como frequentemente os falantes não se contêm em tratar diversos fatos da vida como triviais. Respiração é obrigatória, $1 + 1 = 2$, o fogo queima, o elefante é pesado, a água mata a sede: os conhecimentos mais difundidos, evidentes e de difícil ou quase nulos questionamentos, que poderiam e foram percebidos por várias pessoas em vários cantos do mundo, por um consenso inquestionável, tudo isso, começou a ter o título de óbvio, “lógico”, e, portanto, quase impossível de ser violado. Exatamente pela obviedade implícita pode-se brincar com a necessidade de conceitos analíticos, isto é, conceitos que implicam o próprio sentido mutuamente. É o que acontece, por exemplo no caso do pleonasma. Carlinhos: “Mamãe, o balão subiu para cima!”. Mamãe: “Não meu filho, subiu para baixo!”. Violando a máxima de quantidade, Carlinhos informou mais do que devia ao cometer um pleonasma e acaba sendo engraçado. Sua mãe, usando ironia, torna ainda mais ridícula a asserção do filho quando, propositadamente, admite o contrário da definição dos conceitos, fazendo parecer que ele seria até mais informativo se dissesse o que “subir” não quer dizer!

Conclusão

Podemos concluir a partir dessa perspectiva que a piada não é engraçada apenas pelo conteúdo semântico isolado que as palavras e frases de seu enunciado trazem, mas sim pela relação incongruente entre elas, examinada sob vários critérios (a depender do tema da piada). De fato, mesmo que se tenha averiguado esse tema a partir de diferentes teorias, nota-se que, no fim das contas, as duas primeiras, a Teoria da Superioridade e a Teoria do Alívio, na verdade escondem contrassensos

que, se vistos de um ponto de vista formal e abstrato, assumem a mesma forma que a última delas, a Teoria da Incongruência. Aquela aponta à *infração da igualdade* entre os homens, através da ofensa, defendida por Hobbes e Descartes, enquanto que esta revela uma economia do trabalho psíquico presente nos chistes (jogo de palavras) quando se *viola o pano de fundo* convencional em que o assunto normalmente é tratado, atividade esta verificada experimentalmente por Freud. Através do argumento apresentado por Rozin et al., elucidamos por um viés lógico como a piada se organiza e se apresenta, baseando-se na violação do Princípio da Não-contradição, enquanto que, se analisada sob uma perspectiva linguística da dinâmica conversacional, se vale de desvios de máximas comportamentais convencionais, apresentadas por Grice. Em ambos os casos, o aspecto da incompatibilidade, seja semântica, pragmática, psicológica, social, política ou cultural, mostra-se fundamental e presente em todas as hipóteses consideradas aqui.

Correspondência: Universidade Federal de Pernambuco. Av. Prof. Moraes Rego, 1235. Cidade Universitária. Recife – PE – Brasil. CEP: 50670-901. E-mail: kidinho_dc@hotmail.com

Apoio financeiro: Nenhum.

Conflito de interesses: Nenhum.

Todos os autores leram e aprovam a versão final submetida à revista *Em curso*.

Bibliografia

DESCARTES, R. *Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. (Os pensadores). 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FREUD, S. *Os Chistes e Sua Relação com o Inconsciente*. Tradução de José Luiz Meurer. Volume VIII. Rio de Janeiro: Imago, 1905.

HOBBS, T. *Leviatã*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. (Os pensadores). 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KANT, I. *Crítica da faculdade do Juízo*. Tradução de Valerio Rohden e António Marques. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

LEVINSON, S. C. *Pragmática*. Tradução de Aníbal Mari e Luiz Carlos Borges. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes - WMF, 2007.

MORREAL, J. Philosophy of Humor, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta (ed.), Winter, 2016. Available on: <https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/humor/>

ROZIN, P. et al. Documenting and explaining the common AAB pattern in music and humor: Establishing and breaking expectations. *Emotion*, vol. 6, no. 3, p. 349-355, 2006. Available on: <http://dx.doi.org/10.1037/1528-3542.6.3.349>

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação – Tomo I*. Tradução de Jair Barbosa. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2005.

Recebido em: 28/Mar/2019 – Aceito em: 12/Nov/2019.